



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CAMPUS DO PANTANAL**



**ADRIELLE VALERIA DOS SANTOS JOEIS  
CINTHIA SILVA DE AMORIM**

**AS CRECHES COMO ESPAÇOS DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE  
GÊNERO**

**CORUMBÁ-MS  
2024**

**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ADRIELLE VALERIA DOS SANTOS JOEIS  
CINTHIA SILVA DE AMORIM**

**AS CRECHES COMO ESPAÇOS DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE  
GÊNERO**

Trabalho de Conclusão Curso apresentado de curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elaine Gomes Ferro

**CORUMBÁ-MS  
2024**

## RESUMO

O presente trabalho analisa alguns aspectos das questões de gênero no contexto da Educação Infantil. O objetivo central da pesquisa foi o de realizar um levantamento bibliográfico acerca das questões de gênero na Educação Infantil especialmente em creches públicas. Do ponto de vista metodológico a pesquisa lançou mão de uma abordagem qualitativa a partir de um estudo teórico. Nesse sentido, por meio de palavras-chave preestabelecidas foi realizado um levantamento bibliográfico nos portais da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), da SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico que por sua vez reportaram 17 artigos, dos quais foram selecionados nove para a análise. Os resultados demonstraram que as creches são compreendidas como espaço de promoção da igualdade de gênero, uma vez que oferece as crianças serviços de cuidado e educação, aspecto relevante que oportuniza as mulheres a sua permanência no mercado de trabalho. Ademais reconhece as instituições de Educação Infantil como lócus de afirmação/desconstrução dos estereótipos de gênero e reafirmou o papel do educador como agente de transformação, demonstrando também a importância da formação continuada de professores para a adoção de práticas inclusivas. Ao final conclui-se que a para a creche cumpra a sua função de promoção da equidade de gênero é necessário a realização de esforços coletivos entre instituições de ensino, políticas públicas e sociedade.

Palavras-chave: Educação Infantil; Gênero; Práticas Pedagógicas; Políticas Públicas; Equidade.

## 1. INTRODUÇÃO

O conceito de gênero foi introduzido Brasil na década de 1990, principalmente devido à disseminação de obras que tratavam o gênero como uma importante categoria de análise histórica. Saffioti (2015) destaca que a circulação dessas obras foi fundamental para que tal conceito se consolidasse no cenário acadêmico e social do país. Um marco significativo nesse processo foi o artigo de Scott (1995), que, ao ser traduzido e amplamente difundido, trouxe à tona a importância do gênero como uma construção social vital para entender as dinâmicas de poder.

Scott (1995) definiu o gênero como um elemento essencial nas relações sociais:

O termo "gênero" torna-se, antes, uma maneira de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 1995, p. 75).

Na análise dessas relações, Scott (1995) identifica quatro elementos que explicam como o gênero atua na sociedade. Primeiramente, símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações contraditórias, como as figuras de Eva e Maria. Em seguida, conceitos normativos que tentam limitar as interpretações desses símbolos, promovendo uma oposição binária fixa entre masculino e feminino. Além disso, a autora aborda a noção de fixidez dessas construções sociais, ressaltando como elas são perpetuadas mediante instituições políticas e sociais. Finalmente, ela destaca a importância da identidade subjetiva, explicando como as identidades de gênero são construídas social e historicamente.

Louro (1997) complementa defendendo uma definição do gênero enquanto uma construção social profundamente enraizada nas relações de poder e nas práticas culturais que moldam as expectativas e os comportamentos de homens e mulheres. A autora argumenta que o gênero não é uma simples característica pessoal, mas um elemento constitutivo das relações sociais que

perpassa todas as esferas da vida. Ela também enfatiza que essas construções são mantidas e reproduzidas por meio de instituições sociais, como a família, a escola e o Estado, apresentando assim implicações diretas nas desigualdades sociais.

Louro (2003) também destaca que as identidades de gênero não são estáticas, mas fluidas e constantemente reconfiguradas ao longo do tempo e em diferentes contextos históricos e culturais. Essa abordagem pós-estruturalista revela que o gênero não pode ser visto como algo natural, mas como o resultado de um processo contínuo de construção social, moldado pelas relações de poder e pelas normas culturais.

Ao se voltar o olhar para a História da Mulheres é possível observar que a luta feminista nas décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por reivindicações que visavam garantir o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, incluindo a criação de creches públicas para os filhos das trabalhadoras. Nesse sentido, Matos (2008) analisa como as teorias de gênero e feministas emergiram nesse período, questionando as hierarquias que impunham essas desigualdades. Embora a autora não trate especificamente das creches, sua discussão sobre emancipação feminina permite associar a criação de creches públicas como um elemento essencial para garantir a autonomia das mulheres e sua inserção no mercado de trabalho.

Gomes (2018) analisa como as creches são fundamentais para promover a igualdade de gênero na Educação Infantil (EI)<sup>1</sup>, permitindo que as mulheres trabalhem, ao mesmo tempo, garantindo um ambiente inclusivo para o desenvolvimento das crianças. Segundo a autora, as creches públicas desempenham um papel central na promoção do direito à educação e na autonomia feminina desde a primeira infância. Ao fornecer um espaço seguro e educativo para as crianças, as creches possibilitam que as mulheres conciliem as demandas de trabalho e de cuidado infantil, promovendo, assim, a equidade de gênero. A autora destaca que a criação de creches públicas está diretamente ligada à necessidade de garantir igualdade de oportunidades tanto para meninos quanto para meninas, além de assegurar que as mulheres, especialmente

---

<sup>1</sup> Neste trabalho as autoras optaram por utilizar as formas de escrita extensa e abreviada do termo Educação Infantil (EI).

aquelas em situações de vulnerabilidade, possam participar ativamente no mercado de trabalho.

Teles, Santiago e Faria (2018) por sua vez reforçam que a luta por creches é essencialmente uma luta das mulheres, uma vez que está diretamente relacionada à possibilidade de autonomia econômica e à superação das desigualdades de gênero no trabalho. As autoras discutem como as creches, além de representarem um espaço de educação e cuidado infantil, tornam-se um local para a promoção de experiências coletivas e de equidade. Elas argumentam que as creches permitem a divisão das responsabilidades de cuidado entre o Estado, a sociedade e as famílias, desafiando a tradicional divisão sexual do trabalho que atribui às mulheres o papel exclusivo de cuidadoras. Ao garantir o acesso a creches públicas, promove-se não apenas a inserção das mulheres no mercado de trabalho, mas também a igualdade de gênero, ao permitir que as responsabilidades pelo cuidado infantil sejam compartilhadas.

É interessante observar que a reivindicação das mulheres por creche criou no país uma demanda de educação para a primeira infância e de forma gradativa foi perdendo seu caráter assistencialista ao mesmo tempo que afirmava seu caráter educacional. Tal qual as mulheres as crianças no país foram paulatinamente adquirindo o *status* de sujeito de direitos o que fomentou a necessidade de um modelo de Educação Infantil voltado para o desenvolvimento integral dos sujeitos da primeira infância.

Atualmente a Educação Infantil se caracteriza como a primeira etapa da Educação Básica, sendo destinada as crianças de até seis anos. A EI visa promover seu desenvolvimento em múltiplos aspectos. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), essa etapa é deverá ser oferecida em creches e pré-escolas, garantindo o direito à educação desde os primeiros anos de vida (Brasil, 1996).

No Brasil, a história da EI começou a se estruturar de maneira mais formal no século XX. Antes disso, iniciativas como as Rodas dos Expostos, criada pela Igreja Católica, eram voltadas principalmente para o cuidado das crianças rejeitadas, não contemplando a educação. A situação mudou com a Constituição de 1988, que reconheceu a Educação Infantil como um direito das crianças e um

dever do Estado. Esse reconhecimento marcou o início de políticas públicas voltadas à primeira infância (Mendonça, 2013).

Nos anos 1990, a concepção de infância e Educação Infantil passou por um importante amadurecimento no Brasil. A promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996 e a criação do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) em 1998 consolidaram a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, com uma abordagem que integra o cuidado e a educação, promovendo o desenvolvimento integral da criança (Brasil, 1996).

A Educação Infantil desempenha um papel crucial na formação das identidades de gênero, podendo tanto contribuir para a superação quanto para a reprodução das desigualdades de gênero. Louro (1997) destaca que as instituições educacionais, incluindo as creches, são espaços em que as normas de gênero são transmitidas e reforçadas, mas também podem ser questionadas e desconstruídas. A criação de creches públicas, ao proporcionar um ambiente inclusivo desde a primeira infância, oferece a oportunidade de promover a igualdade de gênero ao garantir que meninos e meninas tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento, independentemente de expectativas sociais baseadas em seu gênero. Louro (2003) também afirma que, para que as instituições educacionais realmente contribuam para a superação das desigualdades de gênero, é necessário adotar práticas pedagógicas que desafiem os estereótipos e promovam a equidade. Sem essa reflexão crítica, as creches e escolas podem acabar perpetuando os papéis tradicionais de gênero, reforçando normas que limitam tanto meninos quanto meninas. Assim, a Educação Infantil pode ser um ponto de partida para a construção de uma sociedade mais igualitária, desde que haja um compromisso consciente com a desconstrução de estereótipos de gênero.

Mendonça (2013) destaca que a evolução da concepção de infância, especialmente com a Constituição de 1988, que reconheceu a Educação Infantil como um direito, transformou as creches e pré-escolas em espaços fundamentais para garantir o desenvolvimento integral das crianças. No entanto, surge o questionamento sobre até que ponto essas instituições, além de oferecerem cuidado e educação, estão efetivamente promovendo a igualdade de gênero.

Embora tenham o potencial de contribuir para uma sociedade mais justa e equitativa, é necessário refletir se as práticas pedagógicas adotadas estão realmente desafiando estereótipos de gênero ou, em alguns casos, ou perpetuando desigualdades preexistentes. A responsabilidade dessas instituições vai além do simples cuidado infantil, elas devem atuar como agentes de transformação. Assim, até que ponto a Educação Infantil e as creches públicas ajudam realmente a construir uma sociedade mais igualitária, ou ainda mantêm as divisões tradicionais de gênero?

A partir dessa questão problema inicial é que a presente proposta de investigação foi elaborada. Cujo objetivo central foi o de: realizar um levantamento bibliográfico acerca das questões de gênero na Educação Infantil. De forma a complementar esse objetivo principal do trabalho, foram elencados os seguintes objetivos específicos: Investigar como as creches tratam as questões de gênero em seu interior; Identificar caminhos e possibilidades para a superação das desigualdades no interior das instituições de Educação Infantil.

Acerca da relevância do estudo é importante destacar que a análise das relações de gênero na EI, especialmente entre crianças de 0 a 3 anos, é um tema de crescente importância tanto na academia quanto na sociedade.

No âmbito acadêmico, investigar como as construções sociais de gênero influenciam o desenvolvimento infantil contribui para a compreensão mais aprofundada dos processos pelos quais as normas de gênero são internalizadas desde os primeiros anos de vida.

Socialmente, tal discussão é fundamental para promover uma sociedade mais igualitária uma vez que compreender e questionar as práticas que perpetuam estereótipos de gênero desde a infância é essencial para combater preconceitos que limitam o desenvolvimento pleno das crianças.

Ao propor mudanças nas práticas educacionais que reforçam desigualdades de gênero, este estudo buscou contribuir para a criação de ambientes de aprendizagem mais inclusivos e para a construção de uma sociedade mais justa, em que as diferenças são respeitadas e valorizadas desde a base, ou seja, desde a EI.

A pesquisa se caracterizou por um estudo teórico de abordagem qualitativa, a partir da seleção de textos em diferentes bases de dados por meio de palavras-chaves pré-estabelecidas. Após o levantamento e pré-seleção dos

trabalhos, foram utilizados critérios de inclusão e exclusão para determinar os textos que entrariam na análise. Para a análise foi utilizada a técnica de inspiração na Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011) a partir da identificação de categorias. Assim, possível identificar cinco categorias que destacam a complexa relação entre as questões de gênero e a EI e categorias identificadas foram: “A creche como espaço de promoção da igualdade de gênero”; “A creche como espaço de promoção da igualdade de gênero”; “As instituições de EI como locus de afirmação/desconstrução dos estereótipos de gênero”; “O papel do educador como agente de transformação” e “A formação continuada de professores como aspecto essencial para a adoção de práticas inclusivas”.

Ao final do trabalho se observou que os desafios e as contribuições teóricas sobre gênero e EI refletem as complexidades envolvidas na desconstrução de normas de gênero que permeiam as práticas educacionais e sociais. Assim a Educação Infantil, enquanto etapa inicial da formação humana, tem o potencial de atuar como um espaço transformador, mas enfrenta barreiras significativas relacionadas a estereótipos culturais, práticas pedagógicas arraigadas e à ausência de reflexões críticas no cotidiano escolar.

Também é relevante pontuar que o texto foi organizado em dois tópicos principais, além da Introdução e conclusão. No tópico “Métodos e Percurso da Pesquisa” são evidenciados os pressupostos metodológicos do estudo, além de uma breve descrição do percurso da pesquisa, enquanto que o tópico “Resultados e Discussões” são demonstrados as categorias identificadas na análise em articulação com bibliografia pertinente, já a última seção do trabalho foi destinado para às “Considerações Finais”.

## **2. MÉTODOS E PERCURSO DA PESQUISA**

A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica, considerado um método adequado para identificar, analisar e discutir as principais contribuições teóricas sobre gênero e sua influência no desenvolvimento de crianças de 0 a 3 anos na Educação Infantil.

O estudo se caracterizou como uma pesquisa de abordagem qualitativa uma vez que além de apresentar flexibilidade metodológica, permite ajustes ao longo da investigação conforme novos dados e interpretações emergem. Isso

por sua vez possibilita que o pesquisador refine suas hipóteses e perguntas à medida que obtém maior entendimento do fenômeno.

A abordagem qualitativa se mostra eficaz para explorar a complexidade dos fenômenos educacionais e sociais, proporcionando uma compreensão mais profunda do contexto e das interações que moldam a realidade estudada (Lüdke; André, 1986). Segundo Marconi e Lakatos (2017), tal abordagem aplicada a revisões bibliográficas permite uma análise aprofundada dos fenômenos estudados, explorando diferentes perspectivas teóricas sem a necessidade de coleta de dados empíricos.

O estudo também possui um caráter descritivo, ao expor as principais teorias e conceitos sobre gênero e Educação Infantil, e exploratório, uma vez que buscou investigar novas interpretações sobre como as construções de gênero influenciam o desenvolvimento das crianças.

Por fim, a análise de conteúdo será utilizada para examinar as publicações selecionadas. Segundo Gil (2017), essa técnica permite identificar temas recorrentes e padrões nas obras revisadas, oferecendo uma compreensão abrangente sobre a influência das relações de gênero no desenvolvimento das crianças.

A revisão bibliográfica foi conduzida por meio da seleção de artigos acadêmicos disponíveis em bases de dados como o Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), e a SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e Google Acadêmico. Os termos de busca incluíram "gênero e Educação infantil", "práticas pedagógicas inclusivas de gênero na Educação Infantil" e "gênero e infância" e "gênero e brincadeiras na Educação Infantil", visando reunir estudos que discutam a relevância das questões de gênero no desenvolvimento social e cognitivo das crianças na primeira infância.

Tabela 1: Artigos identificados

| <b>Título</b>                             | <b>Autores</b>                 | <b>Ano</b> | <b>Fonte</b>         | <b>Palavras-chave</b>    | <b>Origem</b> |
|---|--------------------------------|------------|----------------------|--------------------------|---------------|
| Brincar na educação infantil e relação de | CONCEIÇÃO, Maria Luiza Lacerda | 2019       | Universidade Federal | Gênero e brincadeiras na | CAPES         |

|   |   |      |  |  |        |
|---|---|------|--|--|--------|
| gênero: uma análise das práticas pedagógicas  |   |      | de Minas Gerais                                  | Educação Infantil  |        |
| Gênero na Educação Infantil: Concepções e Práticas  | NUNES, Williane Rocha                           | 2015 | Universidade Federal do Pampa                    | Gênero, Educação Infantil, Práticas Pedagógicas                        | CAPES  |
| Construindo a Igualdade de Gênero na Educação Infantil                                    | CANGUÇU, Talwane Vieira                         | 2015 | Universidade de Brasília                         | Gênero, Educação Infantil, Igualdade                                   | CAPES  |
| Socialização de gênero na educação infantil: continuidades e rupturas                     | SANTOS, Sandro Vinicius Sales.                  | 2017 | Revista Educação (UFSM)                          | Gênero e educação infantil, gênero e brincadeiras na Educação Infantil | SCIELO |
| Sexualidade e gênero na educação infantil   | MENDONÇA, Michelle Mariano                      | 2017 | Universidade Federal de Goiás                    | Gênero e infância  | CAPES  |
| Inclusão na Educação Infantil: desafios e possibilidades através das práticas pedagógicas | SANTOS, Cristiane Sousa; ALMEIDA, Yara de Souza | 2017 | Revista on line de Política e Gestão Educacional | Inclusão, Educação Infantil, Práticas Pedagógicas                      | SCIELO |
| Gênero na Educação Infantil: Compreensões dos docentes nos Centros de Educação Infantil   | GOMES, Priscilla Carolinne dos Santos           | 2018 | Universidade Federal de Alagoas                  | Gênero e educação infantil   | CAPES  |

|   |  |      |                                      |  |        |
|---|--|------|--------------------------------------|--|--------|
| Gênero na Educação Infantil: um olhar para as brincadeiras no espaço escolar                    | SANTOS, Rita de Cássia de Almeida  | 2018 | Universidade Federal de Pernambuco   | Gênero e brincadeiras na Educação Infantil                   | CAPES  |
| Do feminismo ao gênero: uma nova Inquisição?  | BLAY, Eva Alterman   | 2019 | Revista USP                          | Gênero e infância  | SCIELO |
| A (des)construção de gênero nas práticas pedagógicas da educação infantil                       | VALENZUELA, Lucimar Alves  | 2019 | Universidade Federal de Minas Gerais | Gênero, Sexualidade, Educação Infantil, Práticas pedagógicas | CAPES  |
| Práticas educativas inclusivas na educação infantil: superando a marcação de gênero e o racismo | COSTA-RENDERS, Elizabete Cristina; GAZOTTO, Rosana Donizeti Martinho; SANTOS, Cleia Souza. | 2019 | Educação em Perspectiva              | Práticas educativas, Gênero, Racismo, Educação Infantil      | SCIELO |
| Relações de gênero, educação da pequena infância e mudanças políticas no Brasil                 | SILVA, Peterson Rigato da; SILVA, Tassio José da; FINCO, Daniela                           | 2020 | Cadernos Pagu                        | Gênero e educação infantil                                   | SCIELO |
| Infância e gênero: a delicada abordagem no contexto da educação infantil                        | VALENZUELA, Lucimar Alves; ALMEIDA, Ordalia Alves  | 2020 | Revista Brasileira de Educação       | Infância, Gênero, Educação Infantil, Práticas pedagógicas    | SCIELO |
| Práticas educativas   | CARVALHO, Amanda   | 2021 | Revista Brasileira                   | Práticas educativas,   | SCIELO |

|  |   |      |  |   |        |
|--|---|------|--|---|--------|
| inclusivas na educação infantil: uma revisão integrativa de literatura           | Gabriele Cruz; SCHMIDT, Andréia                                     |      | de Educação Especial                             | Relação professor-aluno, Educação Inclusiva                           |        |
| Ensino e educação com igualdade de gênero na infância e na adolescência          | ROSA Ester Rossini; Rochelle G. Saidel; Sonia Alves Calió           | 2022 | Universidade de São Paulo                        | Gênero e educação infantil, práticas pedagógicas inclusivas de gênero | SCIELO |
| Educação Infantil: Reflexões sobre as Práticas Pedagógicas no Contexto Inclusivo | ALMEIDA, Lélia Brito; RIBEIRO, Daniele dos Santos                   | 2023 | Anais do Congresso Nacional de Educação (CONEDU) | Educação Infantil, Práticas Pedagógicas, Inclusão                     | CAPES  |
| Gênero e infância na pré-escola: recortes narrativos de pesquisa com crianças    | BATISTA, Maria Thaís de Oliveira; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos | 2024 | Revista Educação em Questão                      | Gênero e infância   | SCIELO |

---

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A tabela 1 apresenta uma caracterização geral dos 17 artigos inicialmente pré-selecionados. Os artigos identificados abrangem um período de 10 anos indo de 2014 ano do artigo mais antigo, a 2024 ano do mais recente.

Dentre as bases de dados consultadas, a SciELO foi a que apresentou o maior número de artigos relevantes, com um total de nove trabalhos, enquanto o Google Acadêmico foi a base com menor número de publicações, totalizando apenas um artigo. Observou-se também que, entre os autores dos artigos analisados, 12 publicações foram de autoria feminina, enquanto cinco foram escritas por homens.

Dos 17 artigos inicialmente identificados, nove foram incluídos na análise final, enquanto oito foram excluídos com base em critérios de inclusão e

exclusão. A partir da realização de uma leitura atenta dos textos levantados foi evidenciado que nem todos se vinculavam diretamente com os objetivos do estudo. Assim sendo, o primeiro critério de inclusão foi o de considerar apenas trabalhos que abordassem especificamente os principais temas da investigação, e que se vinculassem diretamente com os objetivos do trabalho, além daqueles que analisassem práticas pedagógicas voltadas para a desconstrução de estereótipos de gênero.

Por outro lado, foram excluídos os artigos que apresentavam um enfoque predominante em sexualidade, sem conexão direta com práticas pedagógicas, bem como aqueles que tratavam de políticas públicas de forma genérica, sem relação com o ambiente escolar. Além disso, trabalhos que não apresentavam conclusões específicas ou contribuições inovadoras também foram desconsiderados.

Tal seleção permitiu aprofundar a análise em estudos que dialogassem diretamente com os objetivos deste trabalho, garantindo maior relevância às discussões apresentadas. A decisão de exclusão foi fundamental para garantir que os resultados obtidos fossem consistentes e alinhados com a proposta de entender as práticas pedagógicas como ferramentas para promover a equidade de gênero na educação infantil.

Foram selecionados para análise os seguintes trabalhos:

- 1) O artigo “Brincar na educação infantil e relação de gênero: uma análise das práticas pedagógicas”, escrito por Maria Luiza Lacerda Conceição (2019) no qual analisa como as brincadeiras na educação infantil podem reforçar ou desconstruir estereótipos de gênero, destacando o papel das práticas pedagógicas no ambiente escolar.
- 2) O estudo “Gênero na Educação Infantil: Concepções e Práticas, de Nunes”, de autoria de Williane Rocha Nunes, publicado em 2015, explora as concepções dos professores sobre gênero e como essas ideias influenciam as práticas pedagógicas, apontando desafios e possibilidades no caminho para a promoção da igualdade de gênero. O trabalho conclui que a formação docente desempenha um papel crucial na desconstrução de estereótipos e que práticas pedagógicas planejadas podem contribuir significativamente para a equidade de gênero na educação infantil.

- 3) O artigo “Socialização de gênero na educação infantil: continuidades e rupturas”, de autoria de Sandro Vinicius Sales Santos, publicado em 2017 na Revista Educação (UFSM), aborda como as práticas educacionais podem tanto perpetuar estereótipos de gênero quanto oferecer possibilidades de ruptura, promovendo maior equidade nas relações sociais.
- 4) Já o artigo “Gênero na educação infantil: um olhar para as brincadeiras no espaço escolar”, de autoria de Rita de Cássia de Almeida Santos, publicado em 2018, explora como as brincadeiras escolares podem ser usadas como ferramentas para questionar ou reforçar normas de gênero, evidenciando o papel das interações lúdicas na formação das identidades de gênero.
- 5) Por sua vez, o trabalho “A desconstrução de gênero nas práticas pedagógicas da educação infantil”, de autoria de Engrácia Maria Trópia Barreto, publicado em 2016, investiga como práticas pedagógicas planejadas e intencionais podem contribuir para desconstruir estereótipos de gênero no ambiente escolar, destacando a importância da reflexão crítica no planejamento educacional.
- 6) O estudo intitulado “Práticas educativas inclusivas na educação infantil: superando a marcação de gênero e o racismo”, de Elizabete Cristina Costa-Renders, Rosana Donizeti Martinho Gazotto e Cleia Souza Santos publicado em 2019, propõe práticas pedagógicas que abordam a interseccionalidade entre gênero e raça.
- 7) O artigo “Infância e gênero: a delicada abordagem no contexto da educação infantil”, de Valenzuela e Almeida, publicado em 2020, discute as dificuldades de abordar questões de gênero na primeira infância.
- 8) Em “Práticas educativas inclusivas na educação infantil: uma revisão integrativa de literatura”, Amanda Gabriele Cruz Carvalho e Andreia Schmidt, publicado em 2021, revisam práticas pedagógicas inclusivas com atenção às questões de gênero e à relação professor-aluno.
- 9) Por fim, o estudo “Gênero e infância na pré-escola: recortes narrativos de pesquisa com crianças”, de Maria Thaís de Oliveira Batista e Simone Cabral Marinho dos Santos, publicado em 2024, que examina narrativas

de crianças da pré-escola para compreender como constroem suas identidades de gênero.

Os artigos que não entrarão na análise são: “Construindo a Igualdade de Gênero na Educação Infantil”, de Talwane Vieira Canguçu (2015) que, embora relevante, não apresenta práticas pedagógicas específicas ou contribuições novas além das demais selecionadas. Outro artigo excluído da análise é o intitulado “Sexualidade e gênero na educação infantil”, escrito por Michelle Mariano Mendonça (2017), e possui enfoque principal na sexualidade e não nas práticas pedagógicas. Também foi excluído o trabalho “Inclusão na educação infantil: desafios e possibilidades através das práticas pedagógicas”, de Cristiane Sousa Santos e Yara de Souza Almeida (2017), pois discute a inclusão de forma ampla, sem abordar diretamente as questões de gênero, ou seja possuía um enfoque diferente da pesquisa em questão. O trabalho “Gênero na Educação Infantil: Compreensões dos docentes nos Centros de Educação Infantil”, de Priscilla Carolinne dos Santos Gomes, (2018) foi eliminado por apresentar uma abordagem genérica, sem detalhar práticas pedagógicas específicas que pudessem contribuir para os objetivos deste estudo.

Foram excluídos ainda da análise, os trabalhos: “Do feminismo ao gênero: uma nova inquisição?”, de Eva Alterman Blay (2019) por apresentar um enfoque teórico e crítico sem aplicação prática na educação infantil, o artigo “Relações de gênero, educação da pequena infância e mudanças políticas no Brasil”, de Peterson Rigato da Silva, Tassio José da Silva e Daniela Finco (2020), que aborda políticas públicas de forma ampla e genérica, sem conexão direta com práticas pedagógicas, o estudo “Ensino e educação com igualdade de gênero na infância e na adolescência”, de Rosa Ester Rossini, Rochelle G. Saidel e Sonia Alves Calió (2022), que foca em diretrizes gerais e não na educação infantil especificamente; e, por fim, o artigo “Educação Infantil: Reflexões sobre as Práticas Pedagógicas no Contexto Inclusivo”, de Lélia Brito Almeida e Daniele dos Santos Ribeiro, publicado em 2023, que discute inclusão de forma ampla, sem abordar o tema do gênero como foco principal.

Tal qual foi apontado anteriormente a exclusão desses trabalhos se justifica pelo alinhamento deste estudo aos artigos que tratam de forma específica e prática as questões de gênero na educação. Assim, no total de 17

artigos identificados na pré-seleção com as palavras-chaves elencadas, foram selecionados nove para a análise.

O processo de análise se inspirou na técnica analítica de Laurence Bardin (2011) em que na sua forma simplificada reconhece padrões de repetição para criação de categorias seguida de inferenciais para compreensão do texto por meio de inferências em articulação com o referencial teórico adotado.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A partir da leitura atenta dos nove textos selecionados para análise, foi possível identificar cinco categorias que contribuem na compreensão das questões de gênero no contexto da Educação Infantil contribuindo ainda na ampliação do entendimento acerca da intersecção entre gênero e EI.

Dessa forma as categorias identificadas são:

#### **a) Categoria 1 - A creche como espaço de promoção da igualdade de gênero**

O desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a educação infantil no Brasil tem desempenhado um papel crucial na promoção da equidade de gênero, especialmente ao garantir acesso à educação e à autonomia feminina. Assim, a criação de creches públicas representa um marco nesse processo, não apenas como uma ferramenta para garantir o direito à educação, mas também como um mecanismo para promover a inclusão social e a redistribuição das responsabilidades de cuidado. Nesse sentido,

as creches permitem a divisão das responsabilidades de cuidado entre o Estado, a sociedade e as famílias, desafiando a tradicional divisão sexual do trabalho que atribui às mulheres o papel exclusivo de cuidadoras (Teles; Santiago; Faria, 2018, p. 421).

Nesse mesmo sentido Gomes (2018) afirma que:

as creches públicas desempenham um papel central na promoção do direito à educação e na autonomia feminina desde a primeira infância, ao oferecer um espaço seguro e educativo para as crianças, possibilitando que as mulheres conciliem as demandas de trabalho e cuidado infantil (p. 18).

Enquanto que Costa-Renders, Gazotto e Santos (2019) destacam que:

as creches públicas desempenham um papel central na promoção da equidade de gênero, pois possibilitam tanto o ingresso das mulheres no mercado de trabalho quanto a criação de ambientes inclusivos para o desenvolvimento infantil (p. 423).

As mesmas autoras também enfatizam que a implementação de políticas públicas eficazes requer uma abordagem crítica e interseccional, que leve em conta não apenas o gênero, mas também marcadores sociais como raça e classe. Ou seja, para que as creches de fato cumpram seu papel de promotor de igualdade social, as políticas públicas se apresentam como elemento essencial nesse contexto.

b) Categoria 2 - As instituições de EI como lócus de afirmação/desconstrução dos estereótipos de gênero

A categoria intitulada “As instituições de EI como lócus de afirmação/desconstrução dos estereótipos de gênero” buscou evidenciar o papel ambíguo das instituições de educação, que cumprem a dupla função de afirmar ou desconstruir os tradicionais estereótipos de gênero.

Assim, de acordo com Santos (2018) “o ambiente escolar é um dos principais espaços onde as normas de gênero são transmitidas, sendo moldado por práticas que, muitas vezes, reforçam papéis tradicionais atribuídos a meninos e meninas. p. 45). Ou seja, algumas práticas e ações que ocorrem no interior das instituições educativas ao invés de promoverem a igualdade, acabam reproduzindo desigualdades de gênero, limitando assim as possibilidades de desenvolvimento integral das crianças.

O estudo de Conceição (2019) analisou como as brincadeiras na EI podem reforçar ou desconstruir estereótipos de gênero. Do mesmo modo, Santos (2018) destacou que o ambiente lúdico da EI, especialmente as brincadeiras, pode ser uma ferramenta poderosa para questionar normas de gênero, permitindo que as crianças explorem suas identidades sem as restrições impostas por estereótipos culturais.

Assim é possível perceber que para os trabalhos estudados a EI, é um espaço privilegiado para essa transformação, oferecendo oportunidades para a formação de identidades de gênero mais livres de normas restritivas e promovendo a igualdade de oportunidades para todas as crianças.

reafirmar/desconstrução dos estereótipos de gênero

c) Categoria 3 – O papel do educador como agente de transformação

Valenzuela (2019), investigou como práticas pedagógicas voltadas para a desconstrução de estereótipos podem influenciar positivamente as relações de gênero no ambiente escolar. Nesse sentido, o autor argumenta que a desconstrução de normas de gênero na infância é um processo que exige intencionalidade pedagógica e engajamento crítico dos educadores. Ou seja, para que a transformação ocorra os educadores são peças centrais do processo de mudança visto que para que isso ocorra a escola depende de educadores capacitados, capazes de identificar e romper com estereótipos que muitas vezes são reproduzidos de maneira inconsciente.

Santos (2018, p. 42) alerta que, “sem uma reflexão crítica sobre as práticas adotadas, as creches e escolas podem acabar perpetuando os papéis tradicionais de gênero, reforçando desigualdades estruturais desde a primeira infância.”

d) Categoria 4 – Estratégias por meio de práticas e ações pedagógicas para a superação das desigualdades de gênero

Os trabalhos analisados não somente reconhecem a escola como promotora da superação das desigualdades, como também destacam as práticas pedagógicas como elemento central para a consolidação da igualdade visto que as práticas pedagógicas desempenham um papel central na formação das identidades de gênero na EI, atuando como uma ferramenta para a desconstrução de estereótipos de gênero. Porém, como ocorrem no interior de uma instituição rica em diversidade social e cultural, por mais que as leis afirmem o caráter democrático das ações na escola, muitas ações podem promover o oposto, ou seja, a desigualdade.

Desse modo, a presente categoria aborda como as ações planejadas e intencionais dos educadores podem contribuir para criar ambientes mais inclusivos e igualitários, promovendo a equidade de gênero desde os primeiros anos de vida ou atuando ainda para reforçar preconceitos. Ademais “as brincadeiras na educação infantil são um reflexo das dinâmicas sociais e

culturais que moldam as identidades de gênero das crianças.” (Santos, 2017, p. 45). No entanto, não somente as vivências das crianças no interior de seus lares estão impregnadas de concepções prévias de gênero, uma vez que as práticas pedagógicas ainda são permeadas por estereótipos culturais.

Mendonça (2013) por sua vez destaca que para que as instituições de EI verdadeiramente cumpram seu papel de promotora de igualdade de gênero “as práticas pedagógicas precisam ser intencionalmente planejadas para desconstruir estereótipos e promover equidade” (p. 36).

Acerca das práticas Santos (2018) destaca:

o ambiente lúdico da educação infantil é frequentemente moldado por expectativas de gênero, nas quais meninos são incentivados a atividades de exploração e liderança, enquanto meninas são direcionadas a brincadeiras de cuidado e afeto.” p. 42)

Essa segregação, mesmo que não intencional, reforça papéis de gênero tradicionais e limita o potencial das crianças de explorarem novas formas de interação e aprendizado.

Uma das estratégias para superar essas barreiras é a inclusão de atividades que promovam a igualdade entre meninos e meninas. Nesse sentido, Conceição (2019) observa que

práticas pedagógicas que rompem com padrões tradicionais, como associar brinquedos ou cores a gêneros específicos, ajudam a criar um ambiente mais inclusivo, permitindo que as crianças explorem suas potencialidades de forma igualitária. (p. 28)

Ao propor atividades que rompem com associações tradicionais de brinquedos ou cores a gêneros específicos, educadores podem criar ambientes mais inclusivos.

Assim, a desconstrução dos padrões fixos de gênero exige intencionalidade pedagógica, por isso “as brincadeiras podem ser planejadas como ferramentas poderosas para desconstruir estereótipos de gênero, permitindo que as crianças explorem interações sociais mais equitativas.” (Conceição, 2019, p. 28). Essa abordagem pode ser implementada por meio da

escolha de materiais didáticos neutros e da promoção de brincadeiras que incentivem a colaboração e a troca de papéis.

Capellini e Oliveira (2014) reforçam que “as brincadeiras na educação infantil podem tanto reforçar quanto desconstruir normas de gênero, dependendo de como são planejadas e conduzidas pelos educadores” (p. 22). Assim, o lúdico, se apresenta como uma dimensão relevante para a promoção da igualdade de gênero, desde que utilizado de forma intencional e crítica.

Valenzuela (2019) também destaca que a escola só cumprirá seu papel transformador desde que as práticas pedagógicas sejam planejadas para questionar e desconstruir normas de gênero.

Como evidenciado nos estudos de intencionais sejam adotadas para questionar normas culturais e promover a inclusão. Assim, Louro (1997) destaca que as instituições educacionais são espaços de reforço, mas também de potencial desconstrução de normas de gênero. Segundo a autora, “as normas de gênero são mantidas e reproduzidas por meio das práticas pedagógicas, mas essas mesmas práticas podem ser repensadas para promover equidade e questionar estereótipos.” (p. 60).

Essa perspectiva é corroborada por Valenzuela (2019), que enfatiza que “a desconstrução de normas de gênero na infância exige intencionalidade pedagógica e engajamento crítico dos educadores.”

Para Santos e Almeida (2018) “as práticas educativas na educação infantil ainda enfrentam desafios significativos em desconstruir normas de gênero profundamente enraizadas na sociedade” (p. 38). Dessa forma, as autoras sugerem que, além de práticas pedagógicas planejadas, é necessário um esforço coletivo entre escolas, famílias e o Estado para garantir que as mudanças sejam efetivas e duradouras.

Dessa forma, as práticas pedagógicas na educação infantil podem contribuir significativamente para a promoção da equidade de gênero, desde que sejam planejadas com intencionalidade e alinhadas aos princípios de inclusão e diversidade. A criação de um ambiente lúdico e educativo que desafie estereótipos culturais é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

e) Categoria 5 – A formação continuada de professores como aspecto essencial para a adoção de práticas inclusivas

A categoria anterior destacou a relevância do papel do educador na mediação das interações infantis. Assim, a formação continuada se apresenta como elemento mais do que essencial para a superação de práticas sexistas.

Segundo Nunes (2015) “a formação continuada dos professores é essencial para que eles possam reconhecer e desconstruir estereótipos de gênero reproduzidos inconscientemente em sala de aula.” (p. 33), Isso envolve a análise crítica das práticas pedagógicas adotadas e a implementação de estratégias que questionem normas de gênero, promovendo a equidade no ambiente escolar. Tal aspecto é reforçado por Gomes (2018) ao destacar que

a formação continuada dos professores é crucial para garantir que práticas pedagógicas sejam efetivamente inclusivas, contribuindo para a construção de uma educação infantil que promova equidade de gênero (p. 18).

Essa formação deve incluir discussões sobre diversidade e a elaboração de estratégias pedagógicas que favoreçam a inclusão e a igualdade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise realizada evidencia a centralidade da Educação Infantil como um espaço privilegiado para a desconstrução de normas de gênero e a promoção de práticas pedagógicas inclusivas.

O estudo revelou que políticas públicas, como a criação de creches públicas, desempenham um papel essencial na promoção da equidade de gênero, tanto ao oferecer oportunidades de desenvolvimento para as crianças quanto ao permitir a autonomia das mulheres no mercado de trabalho. Entretanto, a ausência de discussões sobre gênero na formação de professores e a falta de estratégias interseccionais nas políticas públicas limitam o potencial transformador dessas iniciativas.

Os artigos analisados reforçam que práticas pedagógicas bem planejadas podem transformar o ambiente escolar em um espaço de equidade, permitindo que crianças de zero a três anos tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento, independentemente de seu gênero. Brincadeiras, atividades

lúdicas e interações sociais foram apontadas como ferramentas eficazes para romper com estereótipos e promover relações mais igualitárias entre meninos e meninas. Contudo, ficou evidente que a intencionalidade pedagógica e a formação contínua dos educadores são indispensáveis para que essas práticas sejam efetivas.

Os resultados também destacaram que, embora existam avanços significativos nas discussões teóricas e na implementação de políticas públicas, ainda há desafios importantes a serem superados, principalmente no que diz respeito à formação docente e à resistência social a mudanças no campo educacional.

Por fim, a pesquisa conclui que para que a creche cumpra a sua função de promoção da equidade de gênero é necessário um esforço conjunto entre instituições de ensino, políticas públicas e sociedade. A integração entre práticas pedagógicas inclusivas, formação docente crítica e o engajamento das famílias no debate sobre igualdade de gênero é fundamental para garantir que a educação infantil cumpra seu papel de transformar as relações sociais desde a base. Assim, é possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, no qual todas as crianças tenham as mesmas oportunidades de desenvolver suas capacidades cognitivas, emocionais e sociais.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lélia Brito; RIBEIRO, Daniele dos Santos. Educação Infantil: Reflexões sobre as Práticas Pedagógicas no Contexto Inclusivo. **Anais do Congresso Nacional de Educação (CONEDU)**, 2023. ISSN 2358-8829. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV185\\_MD1\\_ID9377\\_TB9123\\_20112023120110.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV185_MD1_ID9377_TB9123_20112023120110.pdf). Acesso em: 12 dez. 2024.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARRETO, Engrácia Maria Trópia. **A (des)construção de gênero nas práticas pedagógicas da educação infantil**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/33197>.
- BARROS, Larissa Câmara Rodrigues. **A abordagem de gênero no currículo da educação infantil e suas implicações nas práticas docentes**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22096/1/2018\\_LarissaCamaraRodriguesBarros\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22096/1/2018_LarissaCamaraRodriguesBarros_tcc.pdf). Acesso em: 12 dez. 2024.
- BATISTA, Maria Thaís de Oliveira; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Gênero e infância na pré-escola: recortes narrativos de pesquisa com crianças. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 62, n. 55, p. 1–22, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/36796>. Acesso em: 24 nov. 2024.
- BLAY, Eva Alterman. Do feminismo ao gênero: uma nova Inquisição? **Revista USP**, v. 122, p. 63–70, 2019. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v122p63-70.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 out. 2024.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 ago. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Volume 1: Introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- CANGUÇU, Talwane Vieira. **Construindo a Igualdade de Gênero na Educação Infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: [https://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/14457/1/2015\\_TalwaneVieiraCangucu\\_tcc.pdf](https://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/14457/1/2015_TalwaneVieiraCangucu_tcc.pdf). Acesso em: 12 dez. 2024.

CARVALHO, Amanda Gabriele Cruz; SCHMIDT, Andréia. Práticas educativas inclusivas na educação infantil: uma revisão integrativa de literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 27, n. e0231, p. 707–724, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/TSxBRBNCnfKJnHLfMSwpYVP/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

CONCEIÇÃO, Maria Luiza Lacerda. **O brincar na educação infantil e relação de gênero: o gênero influencia nas brincadeiras?** Repositório da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/33578>. Acesso em: 24 nov. 2024.

COSTA-RENDERS, Elizabete Cristina; GAZOTTO, Rosana Donizeti Martinho; SANTOS, Cleia Souza. Práticas educativas inclusivas na educação infantil: superando a marcação social de gênero e raça entre as crianças pequenas. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, MG, v. 9, n. 2, p. 414–433, 2019. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v9i2.971. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoem perspectiva/article/view/7044>. Acesso em: 13 jan. 2025.

DEVINE, Monica. **A criança nasce para aprender: do nascimento aos 3 meses.** In: \_\_\_\_\_. *A fala do bebê: a arte de se comunicar com ele*. Trad. Atílio Brunetta. Petrópolis: Vozes, 1993. p.25-42.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, SP, v.26, n.2, 1995.

GOMES, Priscilla Carolinne dos Santos. **Gênero na Educação Infantil: Compreensões dos docentes nos Centros de Educação Infantil do município de Teotônio Vilela.** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Universidade Federal de Alagoas, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: E.P.U., 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7237618/mod\\_resource/content/1/Marina%20Marconi%20Eva%20Lakatos\\_Fundamentos%20de%20metodologia%20cient%20C3%ADfica.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7237618/mod_resource/content/1/Marina%20Marconi%20Eva%20Lakatos_Fundamentos%20de%20metodologia%20cient%20C3%ADfica.pdf). Acesso em: 09 out. 2024.

MENDONÇA, Fernando Wolff. **Teoria e Prática na Educação Infantil.** Maringá, PR: UNICESUMAR, 2013.

MENDONÇA, Michelle Mariano. **Sexualidade e gênero na educação infantil: o que as teses e dissertações dos programas de pós-graduação em Educação contam e silenciam.** Dissertação (Mestrado em Educação) –

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/d3ca981e-a3b9-42e6-9a5a-829462599553>. Acesso em: 24 nov. 2024.

NUNES, Williane Rocha. **Gênero na Educação Infantil: Concepções e Práticas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação) – Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2015. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/3674/1/WillianeRochaNunes2014.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

OLIVEIRA, Menezes; RODRIGUES. **Significados e práticas sobre gênero e sexualidade de professoras na educação infantil**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39399/2407696/OLIVEIRA%3B%20RODRIGUES%3B%20MENEZES%20-%202014.1.pdf/63cb3061-b3fe-4d0f-a77e-7be74b5dfa07>. Acesso em: 12 dez. 2024.

ROSSINI, Rosa Ester; SAIDEL, Rochelle G.; CALIÓ, Sonia Alves. **Ensino e educação com igualdade de gênero na infância e na adolescência: guia prático para educadores e educadoras**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/970>. Acesso em: 24 nov. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado violência**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015

SANTOS, Cristiane Sousa; ALMEIDA, Yara de Souza. Inclusão na educação infantil: desafios e possibilidades através das práticas pedagógicas. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, n. 3, p. 1271–1289, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10170>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SANTOS, Rita de Cássia de Almeida. **Gênero na educação infantil: um olhar para as brincadeiras no espaço escolar**. Google Acadêmico, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/41187>. Acesso em: 24 nov. 2024.

SANTOS, Sandro Vinicius Sales. Socialização de gênero na educação infantil: continuidades e rupturas vivenciadas pelas crianças na família, na igreja e na escola. **Educação**, [S. l.], v. 42, n. 3, p. 731–750, 2017. DOI: 10.5902/1984644428325. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/28325>. Acesso em: 13 jan. 2025.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil da análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 71-99, jul./dez., 1995.

SILVA, Peterson Rigato da; SILVA, Tássio José da; FINCO, Daniela. Relações de gênero, educação da pequena infância e mudanças políticas no Brasil: contribuições para um estado da arte. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 59, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8664369>.  
Acesso em: 24 nov. 2024.

TELES, Maria Amélia de Almeida; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Orgs.) **Por que a creche é uma luta das mulheres?** Inquietações femininas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. 295p.

VALENZUELA, Lucimar Alves; ALMEIDA, Ordalia Alves. Infância e gênero: a delicada abordagem no contexto da educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, n. 79, p. 1–20, 2020. DOI: 10.1590/S1413-24782020250079.  
Pós-Graduação UFMS